

O “ERRO” GRAMATICAL NA MÍDIA: DESLOCANDO O OLHAR

The grammatical error in the media: shifting the look

Nair Ferreira Gurgel do Amaral¹

Rosália Aparecida da Silva²

Núbia Lopes Soares³

Recebido em: 11 ago. 2017

Aceito em: 06 nov. 2017

RESUMO

Este artigo discute a concepção de “erro”, na tentativa de deslocar o debate para outras concepções que se mostram mais relevantes que o gramatical, tais como: o ideológico, o social e o discursivo. Para tanto, utilizamos matéria publicada em um jornal local (Porto Velho/RO) com a finalidade de comparar as construções gramaticais equivocadas com os silenciamentos e omissões sociointeracionais. Trabalhamos com a concepção de “erro” em Possenti (2012; 2017), Faraco (2009) e Bagno (2013) e com as concepções de contexto e de ideologia, do que está latente no texto ou no discurso em Koch (2011; 2014) e Foucault (2014), em busca de uma visão sociolinguística também para o jornalismo. Concluímos que, dentro do próprio texto, há mais do que se deixa entrever, há toda uma exterioridade. Somente corrigir a falta de alinhamento da norma padrão é muito pouco diante da opacidade do discurso.

Palavras-chave: Erro. Mídia. Linguística. Ideologia. Discurso.

1 Doutora em Linguística. Docente dos Mestrados em Educação e Letras. Lotada no Departamento de Línguas Vernáculas da Universidade Federal de Rondônia – UNIR. E-mail: nairgurgel@uol.com.br

2 Jornalista. Mestranda em Letras; UNIR/RO. IFRO - Instituto Federal de Rondônia. E-mail: rosalia.silva@ifro.edu.br

3 Historiadora. Mestranda em Letras; UNIR/RO. Universidade Federal de Rondônia – UNIR. E-mail: nubialopes@unir.br

ABSTRACT

This article discusses the conception of “error”, in an attempt to shift the debate to other conceptions that are more relevant than grammar, such as: ideological, social and discursive. For that, we used material published in a local newspaper (Porto Velho / RO) in order to compare the mistaken grammatical constructions with the socio-national silencings and omissions. We work with the conception of “error” in Possenti (2012, 2017), Faraco (2009) and Bagno (2013) and with conceptions of context and ideology, what is latent in the text in Koch’s speech (2011, 2014) And Foucault (2014), in search of a sociolinguistic vision for journalism as well. We conclude that, within the text itself, there is more than one can see, there is a whole exteriority. Only to correct the lack of alignment of the standard norm is very little considering the opacity of the speech.

Keywords: Error. Media. Linguistics. Ideology. Speech.

INTRODUÇÃO

O interesse em abordar, neste trabalho, o “erro” gramatical na imprensa brasileira, partiu do seguinte questionamento: É da natureza dos escritores midiáticos a observação apenas do conjunto de normas gramaticais ou importa também a observação social e ideológica dos fatos relatados? Nesse contexto, temos o objetivo de expor e discutir as concepções de “erro” a partir dos estudos linguísticos, relacionando-os com as orientações contidas nos manuais de redação e nas gramáticas normativas. Pretendemos, especificamente, apresentar reflexões a respeito da ideologia constitutiva nos discursos, de seus silenciamentos, e da interação social e subjetiva presentes nos textos da mídia.

A metodologia é qualitativa, descritiva e estudo de caso. No recorte para a pesquisa foi escolhido um jornal local de grande circulação, sediado na capital de Rondônia e as categorias de análise foram escolhidas a priori: concepções de erro; concepções de gramática; silenciamento, ideologia e subjetividade na mídia escrita. Buscamos comparar as construções gramaticais equivocadas com os erros e/ou omissões sócio interacionais. Trabalhamos com a concepção Sociolinguística e de “erro” gramatical postuladas por Faraco (2009), Possenti (2012; 2017) e Bagno (2013), com as concepções de contexto e de ideologia e do que está latente no texto e/ou no discurso, apontados por Koch (2011; 2014)

e Foucault (2014). Para a discussão, há o seguinte questionamento: Como, então, mudar o foco da tradicional concepção de “erro” para outras concepções que se mostram mais relevantes de outros pontos de vista, tais como: o ideológico, o social, o discursivo?

O “ERRO” JORNALÍSTICO

Para verificar como o “erro” jornalístico funciona nos veículos de comunicação, basta retomar os debates acirrados, gerados em torno do livro didático *Por uma vida melhor* (da coleção *Viver, aprender*, 2011, MEC, para a Educação de Jovens e Adultos), em que diversos jornalistas e a mídia de modo geral se posicionaram diante do que consideram “erros de português”.

Conforme Baronas e Cox (2013), vê-se a grande polêmica em torno de temas linguísticos na imprensa, tendendo para uma língua portuguesa una, demonstrando o quanto esta é uma ciência distanciada dos jornalistas. O “factoide” em torno do livro didático envolveu muitos setores da “elite do país”, categoria de brasileiros que “se tem como falante irretocável da Norma Padrão” e que ficaram “escandalizados com fato de o MEC financiar, com dinheiro público, obras com ‘erros de português’” (BARONAS; COX, 2013, p. 66). Os autores ressaltam que esses críticos nem consultaram diretamente o livro didático para averiguar fisicamente o que os autores afirmavam no texto original.

Vejamos, a seguir, a tão discutida página 15 do livro didático:

Figura 1: Página do Livro Didático “Por uma vida melhor”.

Os livro ilustrado mais interessante estão emprestado.

livro (masculino, singular) → os (masculino, plural)
ilustrado (masculino, singular)
interessante (masculino, singular)
emprestado (masculino, singular)

Você acha que o autor dessa frase se refere a um livro ou a mais de um livro? Vejamos:

O fato de haver a palavra *os* (plural) indica que se trata de mais de um livro. Na variedade popular, basta que esse primeiro termo esteja no plural para indicar mais de um referente. Reescrevendo a frase no padrão da norma culta, teremos:

Os livros ilustrados mais interessantes estão emprestados.

Você pode estar se perguntando: “Mas eu posso falar ‘os livro?’”

Claro que pode. Mas fique atento porque, dependendo da situação, você corre o risco de ser vítima de **preconceito linguístico**. Muita gente diz o que se deve e o que não se deve falar e escrever, tomando as regras estabelecidas para a norma culta como padrão de correção de todas as formas linguísticas. O falante, portanto, tem de ser capaz de usar a variante adequada da língua para cada ocasião.

Existe outro tipo de concordância: a que envolve o verbo. Observe seu funcionamento:

O menino pegou o peixe. menino → singular pegou → singular	Os meninos pegaram o peixe. meninos → plural pegaram → plural
--	---

Na norma culta, o verbo concorda, ao mesmo tempo, em número (singular/plural) e em pessoa (1.ª/2.ª/3.ª) com o ser envolvido na ação que ele indica.

O menino pegou o peixe. menino → 3.ª pessoa pegou → 3.ª pessoa	Eu peguei o peixe. eu → 1.ª pessoa peguei → 1.ª pessoa
--	--

Fonte: Coleção “Viver, aprender”; Educação de Jovens e Adultos – MEC, 2011.

O exemplo “Os livro ilustrado mais interessante estão emprestado” é utilizado para explicar, logo a seguir, a forma padrão “Os livros ilustrados mais interessantes estão emprestados”. Nos dois enunciados a ideia de mais de um livro é clara; no entanto, a diferença está no fato de a forma popular marcar apenas o primeiro elemento (no caso citado: o artigo “os” e/ou o verbo “estão”). O fato de dizer que é permitido falar “os livro” demonstra, apenas, o reconhecimento das variações da língua. Tanto é que, em seguida, vem a justificativa:

Mas fique atento porque, dependendo da situação, você corre o risco de ser vítima de preconceito linguístico. Muita gente diz o que se deve e o que não se deve falar e escrever, tomando as regras estabelecidas para a norma culta como padrão de correção de todas as formas linguísticas. O falante, portanto, tem de ser capaz de usar a variante adequada da língua para cada ocasião (AGUIAR, 2011, p. 4).

O posicionamento da mídia em geral foi tão impactante e preocupante que repercutiu diversos artigos de opinião e materiais escritos a respeito. Além dos que não entenderam e falaram mal do livro, dos autores, do MEC, dos professores, do ensino, enfim do que não leram, porém, houve quem se salvasse na mídia. Com o título *Jornalistas com déficit de letramento*, Weden⁴ publicou no blog de Luis Nassif, em maio de 2011, a seguinte frase: “médicos enterram seus erros. E os jornalistas os repercutem”. Para Baronas e Cox (2013, p. 90):

[...] essa matéria, além de apontar ‘a ignorância científica’, ‘a leviandade intelectual’, ‘o oportunismo político’ e ‘os interesses mercadológicos’, destaca o déficit de letramento dos jornalistas, evidenciado pela ‘dificuldade de relacionar textos’ [...] e ‘incapacidade de associar o texto ao contexto de enunciação’.

O Jornal Nacional noticiou o fato com a seguinte chamada **MEC defende que aluno não precisa seguir algumas regras da gramática para falar de forma correta**, replicada no G1.Globo de 13/05/2011. Foi o suficiente para vários veículos de comunicação repetissem o discurso irrefletido e irresponsável como, por exemplo, um site de Porto Velho/RO⁵:

AGORA NÓIS PODE FALAR ERRADO: Nós brasileiro temos que aprender a escrever e falar errado, porque quando nós fala certo perto de quem fala errado nós é preconceituoso. Quando nós estuda e aprende português, nós fere a burrice de quem tem preguiça e falta de interesse em aprender. Essa é nova visão criada no seio da cúpula de “educadores” do MEC (Ministério da Educação) que ditam as regras para o ensino brasileiro.

4 Disponível em: <<https://jornalggn.com.br/blog/luisnassif/jornalistas-com-deficit-de-letramento?page=1>>. Acesso em 10 jun. 2017.

5 Disponível em: <<http://www.rondoniagora.com/noticias/agora-nois-pode-falar-errado-2011-05-19.htm>>. Acesso em: 19 maio 2011.

Na mesma ocasião, o Jornal Diário da Amazônia (RO) quis ouvir a opinião de um especialista e publicou matéria a respeito do assunto com a linguista Nair Ferreira Gurgel do Amaral, que se posicionou a respeito ao ser entrevistada por Larissa Tezzari:

Esses questionamentos que estão surgindo por conta de uma publicação no livro didático sempre foram comuns às ciências; grandes descobertas científicas costumam ser saudadas dessa maneira. [...] Outro fato que chama a atenção é que a questão da variação da linguagem já está colocada nos livros didáticos há mais de 15 anos. Ou ninguém viu (ou não quer ver) as tiras de Maurício de Souza sobre o personagem Chico Bento? E os poemas de Patativa do Assaré? E as letras das músicas de Adoniram Barbosa? E as piadas sobre caipira, mineiro, nordestino, gaúcho etc? Estão lá como “representações” das variantes da língua. Ah! Mas dessa vez apareceu como “real”. O falante existe mesmo e isso incomoda, não é mesmo? [...] Não vejo problemas em um livro didático dialogar com os alunos, mostrando a eles que existem diferentes formas de falar uma língua. Não mostrar isso seria como querer tapar o sol com a peneira, no mínimo, para não dizer que pode haver uma questão ideológica mais séria por trás de tal atitude. Por exemplo, ignorar as diferenças sociais. É isso mesmo, pois as línguas são reflexos dos extratos sociais de uma dada comunidade de fala. [...] Por fim, assustame sobremaneira a forma agressiva com que as pessoas, de modo geral, escrevem ou respondem nos *sites*, *blogs*, *facebook* a respeito do livro adotado pelo MEC para a Educação de Jovens e Adultos. A prática preconceituosa ofende o ser humano e nega a democracia. Gente! Isso é respeito. Sou, sim, uma professora comprometida com a educação de todos os cidadãos e é em nome do direito que todos têm em aprender a língua padrão que defendo o reconhecimento da língua não-padrão como uma variante da língua “brasileira”. Isso não significa ensiná-la nas escolas. Significa respeitá-la, aceitando-a, assim como aceitamos (?) os sotaques e o vocabulário diferenciado das regiões brasileiras. É tão difícil, assim, aceitar o diferente? (AMARAL, 2011, p. 3).

Assim como a professora, concordamos que não se trata de uma guerra, é só uma constatação científica de fenômenos naturais da linguagem que devem ser socializados. Afinal, é esse o papel do cientista: observar, registrar, descrever, socializar as informações. O outro papel: prescrever, proibir, reprovar, discriminar, todos sabem a quem cabe. Completando o pensamento da especialista rondoniense, vejamos, a seguir, três diferentes depoimentos de linguistas a respeito do tema, na mesma ocasião:

[...] não se trata de aceitar ou de não aceitar nem de achar ou de não achar correto que as pessoas digam *os livro*. Acabo de sair de uma fila de supermercado e ouvi *duas lata, dez real, três quilo* a dar com pau. Eu deveria mandar esses consumidores calar a boca? Ora! Estávamos num caixa de supermercado, todos de bermuda e chinelo! Não era um congresso científico, nem um julgamento do Supremo! Um linguista simplesmente “anota” os dados e tenta encontrar uma regra, isto é, uma regularidade, uma lei (não uma ordem, um mandato) (POSSENTI, 2011, s/p).⁶

Para surpresa de ninguém, a coisa se repetiu. A grande imprensa brasileira mais uma vez exibiu sua ampla e larga ignorância a respeito do que se faz hoje no mundo acadêmico e no universo da educação no campo do ensino de língua. Jornalistas desinformados abrem um livro didático, leem metade de meia página e saem falando coisas que depõem sempre muito mais contra eles mesmos do que eles mesmos pensam (se é que pensam nisso, prepotentemente convencidos que são, quase todos, de que detêm o absoluto poder da informação) (BAGNO, 2011, s/p).⁷

A Abralin comunica que se pronunciará em relação à polêmica do livro didático. [...] Língua e Ignorância. Nas duas últimas semanas, o Brasil acompanhou uma discussão a respeito do livro didático *Por uma vida melhor*, da coleção *Viver, aprender*, distribuída pelo Programa Nacional do Livro Didático do MEC. Diante de posicionamentos virulentos externados na mídia, alguns até histéricos, a ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LINGUÍSTICA - ABRALIN - vê a necessidade de vir a público manifestar-se a respeito, no sentido de endossar o posicionamento dos linguistas, pouco ouvidos até o momento. Curiosamente é de se estranhar esse procedimento, uma vez que seria de se esperar que estes fossem os primeiros a serem consultados em virtude da sua *expertise*. Para além disso, ainda, foram muito mal interpretados e mal lidos (FOLTRAN, 2011, s/p).⁸

Dessa forma, lamentamos que a grande maioria da mídia, formadora de opinião, ainda se comporte de tal forma. Percebemos o quanto as

6 Disponível em: <<http://terramagazine.terra.com.br/interna/0,,OI5137669-EI8425,00-Aceitam+tudo.html>>. Acesso em: 19 maio 2011.

7 Disponível em: <http://marcosbagnos.com.br/site/?page_id=745>. Acesso em: 19 maio 2011.

8 Maria José Foltran . Presidente da Abralin – Associação Brasileira de Linguistas. Disponível em: <<http://www.abralin.org/noticia/Did.pdf>>. Acesso em: 11 jun. 2017.

pessoas estão despreparadas para aceitar o diferente. O assunto é sério por outras questões, não somente porque inventaram que o livro didático referido “ensina a falar errado”. O que não é verdade: à escola compete ensinar o português padrão. E mais que isso, também compete às instituições de ensino formar cidadãos críticos e livres de preconceitos.

O “ERRO” E A “NORMA” NA IMPRENSA

Antes de verificar o que os linguistas dizem em suas teorias a respeito das correções gramaticais, podemos recorrer ao que há de publicação científica sobre “erros” na imprensa em geral. Considerando o texto “notícia”, o estudo de Baroni, Rosa, Mansur e Bacelar (2013) demonstra que o jornal impresso se difere do digital quanto ao suporte, mas que ambos são destinados a relato de fatos, como o são os gêneros textuais “notícia”:

tal forma deve seguir um padrão para que seja definida como tal; precisa ser clara, concisa e isenta de opiniões pessoais. A notícia é a transmissão de uma informação, de um fato atual e real, esse fato precisa ser relevante, e escrita com uma linguagem simples e direta. (BARONI et al, 2013, s.p)

Ao discutir o erro jornalístico, Vieira (2014) busca uma conceituação para o tema, no intuito de conhecer e até mesmo melhorar a profissão e a singularidade da notícia (com implicações, causas e consequências). Nesse estudo, é ressaltado que a natureza técnica e ética faz do erro jornalístico uma “incorreção, falsificação ou imprecisão na publicação de uma notícia, causado por negligência, imprudência ou imperícia” (VIEIRA, 2014, p. 14). Ainda para o autor, enquanto produto jornalístico, não admitir que se cometeu “erro” trará problemas à qualidade e à credibilidade junto ao público leitor ou a outros grupos interessados.

Outrossim, dentro desse debate, a regularidade, normas e convenções de ocorrências dos textos (orais ou escritos), enquadrados nos diversos gêneros textuais, Antunes (2013) explica que o texto está envolto em uma “teia de relações, de recursos, de estratégias, de operações, de pressupostos, que promovem a sua construção, que promovem seus modos de sequenciação, que possibilitam seu desenvolvimento temático, sua relevância informativo-contextual, sua coesão e sua coerência, enfim” (ANTUNES, 2013, p. 51-52). Logicamente, o problema da velocidade exigida pela comunicação digital e a interferência no texto

jornalístico corrobora ruídos de informação (incluídas assim palavras e frases truncadas), trazendo dificuldades para a leitura e interferindo na credibilidade do leitor. O tema foi estudado por Soster (2007), para quem a agilidade é permeada por um paradoxo:

[...] quando o assunto é webjornalismo, errar parece ser a regra. Foram encontrados 610 ruídos de linguagem nas 167 matérias da categoria Últimas Notícias na análise. A maior incidência de lapsos, total de 58,4%, está relacionada a pontuação, acentuação e sinais gráficos. Os equívocos de ortografia, concordância e regência vêm em segundo lugar, com percentual de 22%. Questões relacionadas à digitação resultam em percentual de 10,2%. As que envolvem empastelamento, repetição e ausência de palavras prejudicando a leitura representam índice de 6%. Já os problemas de grafias de nomes próprios somam 3,4% do total (SOSTER, 2007, s.p).

O erro informativo em mídia online é debatido por Castilho e Vanzin (2009), sob o ponto de vista de poder comprometer a credibilidade dos veículos de comunicação, pois a notícia serve para ofertar dados e fatos relevantes a diversos receptores. Para o ajuste das novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), que geraram produtos colaborativos como a Wikipédia, o autor questiona como evitar os erros neste tipo de mídia informativa. A pesquisa correlaciona que esses erros estariam “normalmente associados à falta de conhecimento, à descontextualização e ao descumprimento voluntário dos manuais de redação ou guias” (CASTILHO, 2009, p. 230), já adotados em veículos tradicionais (como jornais impressos ou televisivos). Assim, o controle de erros no ambiente online necessitaria seguir manuais de redação e códigos de ética, passando por avaliação de profissionais mais experientes e graduados. São esses profissionais mais conceituados de uma redação jornalística quem “decidem o que pode ou não ser publicado, por meio da interpretação dos códigos de ética da categoria e dos manuais de redação da empresa” (CASTILHO; VANZIN, 2009, p. 234), enquanto no caso de blogs e outras produções independentes, a revisão é realizada pelo próprio autor ou, depois de publicados, pelos usuários e leitores dos sistemas colaborativos, pois passaram a ser parte do processo que valida a relevância, credibilidade, atualidade e apresentação do material publicado.

Acrescenta-se ao debate em torno da credibilidade o ponto ressaltado no artigo de Christofolletti e Prado (2005), para quem as informações

devem ser “de qualidade, sem erros, sem distorções, sem incorreções” (CHRISTOFOLETTI; PRADO, 2005, s/p), conforme espera o público, porquanto “o coeficiente de confiabilidade destas reportagens será proporcional ao nível de segurança do público em relação à mídia que consome” (CHRISTOFOLETTI; PRADO, 2005, s/p). Sobre os erros gramaticais, tem-se que comprometem os sentidos nas reportagens e a qualidade editorial dos veículos de comunicação. A base da pesquisa foram as “erratas” publicadas por jornais diários catarinenses (de onde parte o estudo) e nos três jornais analisados somente em um havia revisor contratado. “De maneira geral, percebeu-se nas entrevistas que os jornais não possuem uma política de controle de erros. A preocupação com as falhas ficou evidente em todos os consultados, mas as empresas ainda não dispõem de mecanismos efetivos e eficientes para coibir os deslizos” (CHRISTOFOLETTI; PRADO, 2005, s/p).

Outro exemplo de que ainda os estudos ligados à comunicação dão luz tão somente ao “erro” gramatical pode ser visto quando lemos que “o erro na utilização da Língua Portuguesa pode comprometer o entendimento da informação e difundir uma equivocada compreensão do sistema gramatical vigente” (SANTOS; COSTA; ROSI; ANGELO; SILVA; DIAS, 2011, p. 397). Segundo o estudo, terá como consequência a alteração de sentido da matéria uma vez que verificaram um mal para o conhecimento gramatical, na qual os “desvios correntes nos textos analisados e buscar a solução para as faltas” (SANTOS; COSTA; ROSI; ANGELO; SILVA; DIAS, 2011, p. 401) podem “comprometer a mensagem e até mesmo se fixar no acervo linguístico do leitor de forma equivocada” (p. 402). Neste quesito, obteve-se apenas o olhar enrijecido ante uma normatização sem aprofundamento nos estudos científicos atuais.

O “ERRO” NA ÓTICA DA LINGUÍSTICA

A Linguística tem mostrado ao longo dos anos que a natureza de qualquer língua é ser heterogênea e constituída por um conjunto de variedades. Essas concepções são frutos de muita pesquisa realizada após Saussure ter demarcado o campo da linguagem como uma ciência a ser estudada por cientistas interessados em descrever os fatos linguísticos no cotidiano de seus usuários. Porém, no dia a dia, o que se encontra é muito preconceito contra quem deixa de seguir os padrões

ditados por uma parcela da sociedade que possui maior acesso a bens culturais e níveis escolares. Este é um problema, como vimos, com reflexos também na mídia nacional.

Por isso, os estudiosos brasileiros de Linguística ressentem que os trabalhadores do jornalismo não compreendam as teorias desse campo de conhecimento. Em Faraco (2009), Possenti (2012) e Bagno (2013) podemos observar o quanto este é um debate atual em toda sociedade: o de ter acesso aos conhecimentos gerados no campo científico das linguagens. Afinal, os “arautos do saber”, aqueles que têm “atitudes puristas em relação à língua” e acusam os demais brasileiros de utilizarem um português “pobre”, “atrasado” e diversos valores pejorativos (“tropeçado” no idioma, “escorregado” no português formal, “erro” de gramática, entre outros) ainda dominam os debates midiáticos (e até mesmo podem ser lidos nas entrelinhas de alguns dos estudos da área), buscando definir a pauta de debate da opinião pública sobre o tema para apenas um lado da moeda. Uma análise de conformidade com a visão científica dos estudos da linguagem não permite meras críticas referentes ao uso da gramática normativa ou “norma curta” - termo cunhado por Faraco (2009, p. 65) para designar uma “mediocridade gramatical”, interpretação “estreita” ou cunhar uma “cultura gramatical para humilhar, constranger e prejudicar pessoas” (FARACO, 2009, p. 92). Muito além disso, o “erro” deve gerar discussões mais profundas sobre problemas sociais e proficuas em suas soluções.

Vejamos, primeiramente, as definições de gramática, propostas pelos estudos linguísticos, uma vez que é pelo olhar da gramática normativa que a sociedade rejeita “tudo aquilo que foge à variedade que foi eleita como exemplo de boa linguagem” (POSSENTI, 2012, p. 78). Segundo o autor, há na palavra gramática diversos modos de compreender. Desde ser, genericamente, um “conjunto de regras” (POSSENTI, 2012, p. 63), a estar ligada ao termo “normativa” e se tornar um “conjunto de regras que devem ser seguidas” (POSSENTI, 2012, p. 64) e que “se destinam a fazer com que seus leitores aprendam a ‘falar e escrever corretamente’” (POSSENTI, 2012, p. 63). Já se for uma “gramática descritiva” será um “conjunto de regras que são seguidas - é a que orienta o trabalho de linguistas, cuja preocupação é descrever e/ou explicar as línguas tais como elas são faladas” (POSSENTI, 2012, p. 65). E há as gramáticas internalizadas, ou seja, um “conjunto de regras que o falante domina - refere-se a hipóteses sobre os conhecimentos que habilitam

o falante a produzir frases ou sequências de palavras de maneira tal que essas frases e sequências são compreensíveis e reconhecidas como pertencendo a uma língua” (POSSENTI, 2012, p. 69).

Além de conceituar as gramáticas, o autor fala sobre regras, que podem representar uma “obrigação” (POSSENTI, 2012, p. 73) ou “algo a que se obedece, sob pena de alguma sanção” (p. 73). E ainda podem estar ligadas à “regularidade ou constância”. Diante da gramática normativa, as diferenças serão discriminadas. Porém, se vistas pelo viés das variações suscetíveis a qualquer língua “não são erros, são apenas construções ou formas que divergem de certo padrão. São erros aquelas construções que não se enquadram em qualquer das variedades de uma língua”, assevera Possenti (2012, p. 80).

Vendo a norma como recorrência de determinados fenômenos linguísticos, incluídos os fonológicos, morfológicos e lexicais, Faraco (2009) mostra que cada comunidade de fala possui sua própria organização estrutural. Dessa maneira, não existe propriamente “erro” nos falares dos diferentes grupos sociais, sendo, pois, a heterogeneidade linguística é algo muito complexo (há nela sobreposições, desdobramentos e entrecruzamentos das normas). Mas o que são normas? Segundo Faraco, o “termo que usamos, nos estudos linguísticos, para designar os fatos de língua usuais, comuns, recorrentes numa determinada comunidade de fala” (FARACO, 2009, p. 40 e 55). Assim, a norma compreende os fatos linguísticos caracterizadores do modo de falar em certa comunidade e seus fenômenos de variação. Já a norma padrão designa uma “norma linguística praticada, em determinadas situações (aquelas que envolvem certo grau maior de monitoramento), por aqueles grupos sociais que têm estado mais diretamente relacionados com a norma escrita” (FARACO, 2009, p. 55).

Ainda de acordo com o linguista, no lugar da expressão “norma culta”, denominação que deveria ser abandonada, o indicado seria norma comum ou *standard* (padrão): “nessa nova conjuntura histórica, a ideia de uma norma culta (ou melhor dizendo, de uma norma comum/standard) perdeu sua aura aristocrática e adquiriu funções de amplo alcance social numa sociedade urbanizada, massificada e, claro, alfabetizada” (FARACO, 2009, p. 62). Por outro lado, Faraco (2009) instiga que “alfabetizada” seria o pressuposto de uma sociedade em que todos os cidadãos acessariam da educação básica de qualidade até os bens da cultura escrita. Pelo contrário, não é este o cenário encontrado

no Brasil como um todo. Com isso, há em voga nacionalmente uma norma “curta” que está ligada à “mediocridade gramatical”:

uma concepção que apequena a língua, que encurta sua riqueza, que não percebe (por conveniência ou ignorância?) que o uso culto tem abundância de formas alternativas e não se reduz a preceitos estreitos e rígidos. Infelizmente, é a norma curta que tem sido usada, no Brasil, para balizar os juízos sobre os fatos da língua portuguesa com muito mais força do que os bons instrumentos normativos fundados em sólida pesquisa filológica e linguística (FARACO, 2009, p. 65).

Em Bagno (2013), ressalta-se a norma culta brasileira real (em conformidade com a Gramática do português falado e da Gramática do português culto falado no Brasil, projeto que reúne há anos linguistas brasileiros), que não é aquela determinada pelas gramáticas normativas, mas a efetivamente usada pelos brasileiros que compõem as camadas socioeconômicas dominantes, como juízes, professores universitários e outros com maior nível de ensino. A linguagem urbana comum é quem baliza o falar culto, de outro lado há no Brasil normas diferentes: regional, popular, rural, informal, juvenil, culta, etc. Faraco demonstra que, sem exceção, todas elas seguem normas, porém o problema está em serem vistas por segmentos sociais sob determinada hierarquização.

Possenti (2012) propõe o não uso de uma gramática única na escola. Ele afirma que “o ensino deveria subordinar-se à aprendizagem” (POSSENTI, 2012, p. 95). Para entender a que ele se refere, é preciso compreender antes suas ideias em relação a “abrir mão de atitudes puristas em relação à língua” (POSSENTI, 2012, p. 94) e a variação à qual ela passa (ou perpassa por ela), tendo em vista todas as línguas serem sistemas complexos. Posto que as línguas são diferentes não em função do “erro”, mas como resultado de preconceitos linguísticos dentro de um viés político/social. O português padrão ganha melhor estudo em Possenti, “do ponto de vista da escola, trata-se em especial (embora não só) da aquisição de determinado grau de domínio da escrita e da leitura [...] não há línguas simples e línguas complexas, primitivas e desenvolvidas” (POSSENTI, 2012, p. 19). Assim, vemos o quanto o “erro”, dentro da linguística e sempre entre aspas, recebe tratamento diferenciado; exatamente por ser tratado cientificamente, sem deixar de acreditar em um falar mais de acordo com a norma culta/comum/standard/padrão, mas sem excluir, acusar de inferior, errado ou ignorante quem fala diferente.

Para Koch e Travaglia (2011), é na inter-relação dos fatores acima enumerados que se obtém a coerência, resultando, assim, na possibilidade de compreensão do que foi escrito dentro da situação discursiva: “a sequência é percebida como texto quando aquele que a recebe é capaz de percebê-la como unidade de sentido global” (KOCH; TRAVAGLIA, 2011, p. 27-28). Mais que um amontoado de palavras e parágrafos, o que oferece sentido ao texto analisado é a coerência. É esta qualidade que proporciona ao leitor recuperar o sentido e interpretar cada texto, com base em conhecimentos anteriores e em fatores pragmáticos e até mesmo em textos informativos do gênero noticioso.

É verdade que para o cálculo da coerência é necessário deter o conhecimento linguístico (linguístico e não normativo-gramatical), mas ele apenas é uma parte do que se usa ao interpretar um texto e estabelecer sua coesão e coerência. “O estabelecimento de sentido de um texto depende em grande parte do conhecimento de mundo dos seus usuários, porque é só este conhecimento que vai permitir a realização de processos cruciais para a compreensão” (KOCH; TRAVAGLIA, 2011, p. 61). Por ser um produto social, haverá no texto muito mais do que pode ser visto em sua superfície, para isto pode-se imaginar um iceberg:

todo texto possui apenas uma pequena superfície exposta e uma imensa área imersa subjacente. Para se chegar às profundezas do implícito e dele extrair um sentido, faz-se necessário o recurso de vários sistemas de conhecimento e a ativação de processos e estratégias cognitivas e interacionais (KOCH, 2014, p. 30).

Passando para o nível discursivo, uma vez que apenas na tessitura do texto muito fica sob uma não transparência das palavras que o compõem, há assim muito mais a ser escavado e encontrado. Com isso, poderemos verificar que a opacidade dos enunciados esconde muitos sentidos que, mesmo dispersos no tempo, vão formando um mesmo objeto. O que não se mostra inteiramente na superfície, em sua “história, sua economia, suas práticas sociais, a língua que falam, a mitologia de seus ancestrais, até as fábulas que lhes contavam na infância, obedecem a regras que não se mostram inteiramente à sua consciência” (FOUCAULT, 2014, p. 254). E dentro de esquecimentos e repetições é que se irrompem acontecimentos, sendo o de agora a ser estudado inclui a naturalização, na busca e captura do que ficou fora dos padrões gramaticais vigentes.

Para além do discurso superado de que o jornalismo é exatamente um espelho da realidade (TRAQUINA, 2012, p. 148) e feito com isenção ideológica, o fato é que o jornalista ao escrever sua matéria ocupa um lugar na história e que poderia ir além do *status quo*, compreendendo melhor o jogo de aparições e dispersões, a criação do produto comercial. Portanto, a língua é muito mais que o discorrer de uma gramática. Esta que é um dos recursos necessários ao exercício do jornalismo sempre precisa ser analisada sob sua relevância social, cultural e histórica. “Uma língua, situada, contextualizada, definida pelas circunstâncias, atenda aos usos já feitos e aqueles possíveis, representa a posse de um inestimável recurso para viver todas as dimensões da condição humana” (ANTUNES, 2009, p. 230). Como pode, então, ser debatida essa quebra de regularidade em torno do “erro” em textos jornalísticos?

OS “ERROS” NO JORNALISMO DIÁRIO: UM EXEMPLO EM RONDÔNIA

Publicadas no Jornal Diário da Amazônia do dia 13 e 14 de setembro de 2015, página 06, seção Geral, com a retranca “Disputa de Terra”, as matérias “Conflitos ocasionam migração interna” e “Assessoria no campo para manter as famílias na terra” retratam um pouco do trabalho da organização social CPT (Comissão Pastoral da Terra). A entidade é uma organização não-governamental que acompanha pequenos trabalhadores rurais, no caso, habitantes do Estado de Rondônia. Importante lembrar que trata de texto jornalístico publicado em jornal impresso de periodicidade diária. Da notícia, trazemos os seguintes recortes para avaliação:

a. Pontuação (presença de Vírgula entre Sujeito e Predicado):

Ela lembra que o programa Terra Legal, não veio para legitimar [...]
[...] e nem beneficiar, assentados e acampados [...]
[...] no assentamento ‘Flor da Amazônia’, tem um latifúndio [...]
[...] porque o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), permite acumulação de terras (...)
[...] a função da Comissão Pastoral da Terra, é de prestar assessoria jurídica [...]

Ao consultar o Manual do Jornal “O Estado de São Paulo”, teremos enfaticamente que “a vírgula indica pausa ou ênfase. Por isso, nos casos em que ela for facultativa, use o bom senso ou siga o ritmo da frase (nunca, porém, separando o sujeito do verbo ou o verbo do complemento)” (MARTINS, 1997, p. 311). O Manual volta a demonstrar a impossibilidade de que se escreva dessa forma: “nunca separe por vírgula” (MARTINS, 1997, p. 308). A prescrição contra o “erro” que já vem demonstrada desde a capa do Manual: “Edição revisada e ampliada, com os 100 erros mais comuns” (MARTINS, 1997). A mesma normativa é estabelecida pelo O Globo: “regra sem exceções: a vírgula nunca separa o sujeito do verbo” (GARCIA, 2007, p. 109).

No caso do Manual de O Estado, o editor é o jornalista Eduardo Martins, tido na apresentação do livro como aquele que dá “tiros certos contra o desconhecimento da língua” (MARTINS, 2007, p. 5); afinal, ele “lê o jornal diariamente com olhos de lupa, capazes de esquadrihar de erros ortográficos a construções gramaticais mal desenhadas”, tendo por objetivo a escrita de um “texto elegante e correto” (MARTINS, 2007, p. 13).

b. Questões relacionadas à concordância (verbal e nominal):

[...] às vezes ocorrem até registros de trabalho escravos [...]

[...] o total de conflitos pela posse da terra foram 2.928 registros [...]

Como referência, em conformidade com Martins, a concordância de “total” deve ser feita no singular. E o modelo dado como parâmetro é: “Um total de 1.500 delegados vai (e não vão) participar da convenção” (MARTINS, 2007, p. 290).

c. Questões relacionadas à coesão e à coerência:

[...] As regiões de Machadinho do Oeste e Buritis, de onde estão partindo os produtores rurais, que não se têm noção exata da quantidade, em busca de novos pedaços de terra em outras regiões, mais ao norte do Estado, foram áreas irregularmente ocupadas por especuladores imobiliários e áreas de antigas concessões de terra da União. [...]

[...] O Programa de Reforma Agrária, na opinião da Comissão Pastoral da Terra (CPT) que foi feito para não funcionar deixou essas lacunas profundas que até os dias atuais ainda não conseguiram ser superadas, tornando-se uma questão social histórica, que vem desde 1970, época

do regime militar. Para finalizar, em Rondônia, no ano de 2014, o total de conflitos pela posse da terra foram 2.928 registros. [...]

O uso de “que é, que era, que foi” é desabonada em Martins (2007), “suprima a expressão, sempre que possível: A polícia só admitirá manifestações (que forem) pacíficas” (MARTINS, 2007, p. 246). E como instrução geral para um bom texto, as primeiras regras são, em primeiro lugar: “Seja claro, preciso, direto, objetivo e conciso. Use frases curtas e evite intercalações excessivas ou ordens inversas desnecessárias. Não é justo exigir que o leitor faça complicados exercícios mentais para compreender o texto” (MARTINS, 2007, p. 15). E na sequência: “Construa períodos com no máximo duas ou três linhas de 70 toques. Os parágrafos, para facilitar a leitura, deverão ter cinco linhas cheias, em média, e no máximo oito. A cada 20 linhas, convém abrir um intertítulo” (MARTINS, 2007, p. 15). Além disso, o uso do verbo *ter*, que segundo Garcia, não é o adequado: “Sem reformas, vai *ter* um choque. (Haverá um choque: esse uso do verbo *ter* é vulgar)” (GARCIA, 2007, p. 184), sendo, portanto, “coloquialismo que não pertence à língua escrita” (GARCIA, 2007, p. 196).

ANÁLISES E RESULTADOS

Diante do que dizem os estudos dos linguistas, tendo em vista nossa análise buscar ampliar o debate sobre o “erro”, não o faremos de forma isolada. Com a finalidade de discutir os desvios de recortados acima, considerando para além do ponto de vista normativo, veremos que:

Nosso problema linguístico não é a regência desse ou daquele verbo; não é esta ou aquela concordância verbal; não são as regras de colocação dos pronomes oblíquos, não é a (mal) chamada mistura de pronomes. Nosso problema são 5 milhões de jovens entre 15 e 17 anos que estão fora da escola. Nosso problema são os elevados índices de evasão escolar. Nosso problema é termos ainda algo em torno de 12% de analfabetos na população adulta. Nosso problema é o tamanho do analfabetismo funcional, isto é, a quantidade daqueles que embora frequentem ou tenham frequentado a escola, não conseguem ler e entender um texto medianamente complexo. Os estudos sugerem que apenas 25% da população adulta brasileira, perto de 30 milhões de pessoas, alcançam esse nível de letramento, isto é, conseguem ler e entender um texto medianamente complexo (FARACO, 2009, p. 69-70).

Para estabelecer um diálogo mínimo, trazemos Dines (1986), que explica ser o texto jornalístico impresso e de periodicidade diária feito para interligar edições e manter uma continuidade com vistas no amanhã:

É por causa dessa periodicidade que os veículos têm logotipos, estilos de paginação, marcas, personalidade, linhas de conduta, coerência. O sucesso de uma edição, para ser mantido vivo, exige o sucesso da edição seguinte (DINES, 1986. p. 48).

Conforme Dines (1986), o jornalista também seria um educador, por exercer uma atividade intelectual ligada a uma série de valores éticos e morais; por isso, reforça, dizendo que

O único compromisso de jornais e jornalistas é com a informação. Seu desempenho nessa tarefa faz, de um jornal qualquer, um jornal livre, logo um grande jornal, ou passará a ser, se deixar esses valores intrínsecos de lado, apenas um catálogo de notícias (DINES, 1986, p. 138).

Embora a preocupação do autor esteja relacionada ao papel desempenhado por um jornal, em que passa a discorrer com maior vulto sobre a importância da periodicidade, o sucesso do jornal e a informação, percebemos nuances ideológicas, disfarçadas de valores éticos e morais: “um jornal qualquer”, “um jornal livre” pode tornar-se “um grande jornal” ou “apenas um catálogo de notícias”, é preciso ir além. O jornalista não pode ser um educador apenas por exercer uma atividade intelectual, muito menos se seu único compromisso for com a informação, conforme diz o autor. Até porque a tão desejada neutralidade não existe, conforme estudos discursivos que consideram as formações ideológicas e a subjetividade discursiva.

É claro que a atenção às regras gramaticais, especialmente as de cunho instrumental, são importantes. Porém, elas sozinhas não garantem um texto bem escrito, pois um bom texto é aquele que também mostra poder de argumentação, clareza nas ideias e capacidade de utilização dos fatores pragmáticos da textualidade como: intencionalidade, informatividade, aceitabilidade, situacionalidade e intertextualidade. Além disso, seria oportuno considerar a expressividade e a originalidade, sempre tendo em vista os critérios de coesão e coerência textuais. Sendo assim, o problema maior não seriam os erros, sob o ponto de vista da

norma “curta”, da matéria apresentada no jornal impresso rondoniense. Os maiores problemas são sociais, conforme estão apontados no próprio texto jornalístico analisado: a disputa de terra, a desigualdade social, a ausência da reforma agrária e a consequente invisibilidade dos problemas sociais acarretados pela distribuição desigual de terras no país. Basta, para isso, verificar que em Koch (2014, p. 30) “o sentido não está no texto, mas se constrói a partir dele”.

Ampliando ainda mais o olhar, buscando aparecimentos e dispersões discursivas: “todo discurso manifesto repousaria secretamente sobre um já-dito; e que este já-dito não seria simplesmente uma frase já pronunciada, um texto já escrito, mas um ‘jamais-dito’” (FOUCAULT, 2014, p. 30). O que se tem dito ou jamais escrito da mesma forma que em “Disputa de Terra”, “Conflitos ocasionam migração interna” e “Assessoria no campo para manter as famílias na terra” em um Estado em que sua formação atual é baseada na imigração e, conseqüentemente, acesso (ou não) a terra também deve ter peso aumentado (assim como diversos outros temas tratados na imprensa diariamente e que não estão em foco especificamente neste artigo) durante procedimentos de análise de textos e/ou de discursos. Recortes cronológicos, históricos e demais seleções envolvem escolhas, envolvem contextos tão ou mais importantes que o seguimento de manuais ou gramáticas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se dentro do próprio texto, da estrutura interna que o compõe, há mais do que se deixa entrever, há toda uma exterioridade do que imagina em contextos mais amplos. Logo, corrigir a falta de alinhamento a uma norma culta da língua escrita para o texto apresentado é muito pouco ou quase nada diante da opacidade do discurso, em que o foco da notícia muitas vezes fica desfavorecido, numa não transparência, na busca apenas de erros gramaticais. Afinal, como afirma Faraco (2009, p. 70): “a democratização da norma culta/comum/*standard* escrita será apenas consequência da superação desses problemas”.

No fragmento analisado neste artigo, conforme foi veiculado no Jornal Diário da Amazônia dos dias 13 e 14 de setembro de 2015, página 06, seção Geral, com a retranscrição “Disputa de Terra”, as matérias “Conflitos ocasionam migração interna” e “Assessoria no campo para manter as famílias na terra”, os problemas mais graves não estão

relacionados, destarte, na adequação da redação às normas de estilo, mas ao que se aponta de conflito em torno da posse da terra, do acesso à educação, saúde e outros bens sociais.

Esse trabalho buscou responder ao seguinte questionamento: É da natureza dos escritores midiáticos a observação apenas do conjunto de normas gramaticais ou importa também a observação social e ideológica dos fatos relatados? Notamos que é da própria natureza da atividade jornalística considerar, quase sempre e apenas as normas gramaticais previstas nas gramáticas normativas ou nos manuais de estilo e redação, porém, recomenda-se, com base nos estudos linguísticos, nos estudos dos “erros” linguísticos nos textos de jornalismo considerar os recortes históricos e as escolhas subjetivas que envolvem os contextos sociais tão ou mais importantes que somente as orientações contidas nos manuais ou gramáticas. Afinal, como defendem os estudos linguísticos, o “erro” deve gerar discussões mais profundas sobre problemas sociais e tentar trazer à tona debates que levem a possíveis soluções.

Se é da natureza do jornalismo ser um recorte, uma seleção da realidade, que os estudos não se fixem apenas no que diz a gramática tradicional, mas no que representa, o que deixa de representar aquele espaço destinado a tal publicação e sua escolha de direcionamento para a matéria. Este é um serviço público e uma área que pode sustentar o poder instituído em determinada sociedade, “o jornalismo e os jornalistas têm poder, consoante a sua posição na hierarquia social” (TRAQUINA, 2012, p. 208), precisam, assim, ser observados não só se seguiram regras ditadas pelos cânones da gramática tradicional normativa ou dos manuais de redação jornalística, mas sim a quem obedeceram dentro da escala social.

Para a continuidade desse trabalho, temos como proposta investigar: Como ocorre o desenvolvimento pessoal, profissional e institucional dos sujeitos envolvidos com a mídia e a consequente divulgação de fatos ou notícias e qual tem sido o papel da universidade na formação desses profissionais, especialmente quanto à Região Norte brasileira. São aspectos que podem e precisam ser pesquisados e levantados os dados para conhecimento dos profissionais da mídia e da sociedade de modo geral, visto que o objetivo maior é capacitar o escritor e também o leitor para interação, manifestação e percepção em relação aos aspectos ideológicos e gramaticais, contidos ou apagados e/ou excluídos dos discursos propalados pela mídia.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, C. A. et al. **Por uma vida melhor**. Coleção “Viver, Aprender”. Volume 2/Multidisciplinar. São Paulo: Editora Global, 2011.

AMARAL, Nair F. Gurgel do. Livro escancara preconceito linguístico. *Jornal “Diário da Amazônia*. Porto Velho, RO, p. 3, 21 e 22 de maio de 2011.

ANTUNES, Irandé. **Língua, texto e ensino: outra escola possível**. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.

BAGNO, Marcos. **Sete erros aos quatro ventos: a variação linguística no ensino de português**. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.

BAGNO, Marcos. **Polêmica ou ignorância?** Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/polemica-ou-ignorancia>>. Acesso em: 05 jun. 2017.

BARONI, Daniela; ROSA, Teresa Ratti de Oliveira; MANSUR, Rosana; BACELAR, Roberta Baldo. O gênero textual Notícia: do jornal impresso ao on-line. **9º Encontro Nacional de História da Mídia**. UFOP - Universidade Federal de Ouro Preto. Ouro Preto, 2013. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/9o-encontro-2013/artigos/gt-historia-da-midia-digital/o-genero-textual-noticia-do-jornal-impresso-ao-on-line>>. Acesso em: 11 jul. 2016.

BARONAS, Roberto Leiser & COX, Maria Inês Pagliarini. Por uma vida melhor na mídia: discurso, aforização e polêmica. **Linguagem em (Dis)curso**, [S.l.], v. 13, n. 1, p. p. 65-93, jun. 2013. Disponível em: <http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Linguagem_Discurso/article/view/1495>. Acesso em: 11 jul. 2016.

CASTILHO, Carlos Albano Volkmer & VANZIN, Tarcisio. Erro informativo e produção colaborativa na web. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v. 5, n. 2, p. 225-237, maio 2009. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1984-6924.2008v5n2p225>>. Acesso em: 11 jul. 2016.

CHRISTOFOLETTI, Rogério & PRADO, Raffael Oliveira. Erros nos jornais: aspecto ético e fator de comprometimento de qualidade técnica. **XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, 2005, Rio de Janeiro (RJ). Disponível em: <https://monitorando.files.wordpress.com/2007/11/erros_nos_jornais.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2016.

DINES, Alberto. **O papel do jornal**: uma releitura. 8 ed. São Paulo: Summus Editorial, 1986.

FARACO, Carlos Alberto. **Norma Culta Brasileira: desatando alguns nós**. 2 ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

FOLTRAN, Maria José. **Carta Aberta da Associação Brasileira de Linguistas**. Disponível em: <<http://www.abralin.org/noticia/Did.pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2017.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

GARCIA, Luiz. **Manual de redação e estilo de O Globo**. 29ª ed. São Paulo: Garcia, 2007.

KOCH, Ingedore G. Villaça; **O texto e a construção de sentidos**. 10ª ed. São Paulo: Contexto, 2014.

KOCH, Ingedore G. Villaça; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Texto e Coerência**. 13ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MARTINS, Eduardo. **Manual de redação e estilo de O Estado de São Paulo**. São Paulo: Moderna, 1997.

POSSENTI, Sírio. **Por que (não) ensinar gramática na escola**. 2ª ed. Campinas: Mercado de Letras, 2012.

POSSENTI, Sírio. **Aceitam tudo**. Disponível em: <<http://terramagazine.terra.com.br/interna/0,,OI5137669-EI8425,00-Aceitam+tudo.html>>. Acesso em: 05 jun. 2017.

SANTOS, James Rios de Oliveira; COSTA, Luciano Lima; ROSI, Marco Antonio; ANGELO, Tiago; SILVA, Vivian Fernandes Silva; DIAS, Luiz Antonio Xavier. Inadequações em textos publicados em jornal: a incompreensão do receptor. **VIII Seminário de Iniciação Científica Sóletras - Estudos Linguísticos e Literários**. 2001. Anais. UENP - Universidade Estadual do Norte do Paraná - Centro de Letras, Comunicação e Artes. Jacarezinho, 2011. p. 396-402. Disponível em: <<http://www.uenp.edu.br/trabalhos/cj/anais/soLetras2011/James%20Rios%20dos%20Santos%20Oliveira.pdf>>. Acesso em: 11 jul. 2016.

SOSTER, D. A Relação entre Velocidade e Precisão em Webjornalismo. **Questão, Brasil**, v. 9, n. 2, 2007. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/79>>. Acesso em: 08 ago. 2016.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**. Volume 1: Porque as notícias são como são. 3 ed. Florianópolis: Insular, 2012.

VIEIRA, Lívia de Souza. Erro jornalístico: contextos e conceito. **12º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo - SBPJor** – Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo. Santa Cruz do Sul – UNISC – 2014. Disponível em: <<http://soac.unb.br/index.php/ENPJor/XIIENPJor/paper/viewFile/3551/676>>. Acesso em: 11 jul. 2016.

SITES CONSULTADOS

<<http://www.revistas.ufg.br/ci/index>>

<http://marcosbagno.com.br/site/?page_id=745>

<<http://www.abralin.org/noticia/Did.pdf>>

<<http://terramagazine.terra.com.br/interna/0,,OI5137669-EI8425,00-Aceitam+tudo.html>>

<https://monitorando.files.wordpress.com/2007/11/erros_nos_jornais.pdf>

<<http://soac.unb.br/index.php/ENPJor/XIIENPJor/paper/viewFile/3551/676>>

<<http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/revistaemquestao/article/view/3645/3435>>

<<http://www.uenp.edu.br/trabalhos/cj/anais/soLetras2011/James%20Rios%20dos%20Santos%20Oliveira.pdf>>

<https://monitorando.files.wordpress.com/2007/11/erros_nos_jornais.pdf>

<http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Linguagem_Discurso/article/view/1495>

<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1984-6924.2008v5n2p225>>.

<https://monitorando.files.wordpress.com/2007/11/erros_nos_jornais.pdf>

<<http://www.rondoniagora.com/noticias/agora-nois-pode-falar-errado-2011-05-19.htm>>

